



CONSTRUTORA SCHIAVO EIRELI

Rua Manoel Mendes Primo, 100 – Exposição – Matipó

CNPJ 35.962.743/0001-27 – IE 003639465.00-13

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJINHA - MG

Att. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2022

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 014/2021

A Empresa **CONSTRUTORA SCHIAVO EIRELI**, empresa privada, inscrita no CNPJ sob nº 35.962.743/0001-27, com sede na Rua Manoel Mendes Primo, nº 100, Bairro Exposição, Município de Matipó, Estado de Minas Gerais, CEP 35.367-000, representada neste ato pela sua proprietária Sra. YASMIM COELHO FERREIRA, portadora do RG nº MG 17.712.013 SSP/MG e do CPF nº 095.899.936-80, vem interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face DA INABILITAÇÃO da empresa CONSTRUTORA CARVALHO'S & OLIVEIRA'S LTDA, de nome fantasia **CONSTRUTORA CARVALHO**, empresa privada inscrita no CNPJ sob nº 10.764.156/0001-00, com sede na Rua Nossa Senhora Conceição, nº 96, sala 1, Centro, Município de Matipó, Estado de Minas Gerais, CEP 35.367-000, o que faz pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA EMPRESA

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância.

No presente caso, a referida empresa não atendeu as regras entabuladas no instrumento convocatório a apresentar documentação irregular e incompleta, vejamos.

O edital previu claramente que:

6.1.19 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA (Art. 31 da Lei 8.666/93):

a) Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, com data de emissão no máximo 90 dias (noventa) antes da data prevista para entrega dos envelopes;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c) A comprovação da boa situação financeira da empresa será de forma objetiva, através do cálculo do índice contábil, devendo apresentar os seguintes índices:

1) O índice de Liquidez Geral não poderá ser inferior a 1,00;

2) O índice de Liquidez Corrente não poderá ser inferior a 1,20;

3) O Grau de Solvência Geral não poderá ser inferior a 0,60.

Ocorre que a empresa apresentou índice de Liquidez Corrente de 1,00, ou seja, índice este inferior a 1,20, conforme consta na Ata de Julgamento de Habilitação.

TAL ÍNDICE NÃO É HÁBIL PARA COMPROVAR A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA EXIGIDA PELO EDITAL, de forma que não atende os objetivos traçados pela Administração Pública.

Portanto, se trata de inequívoco descumprimento aos termos do edital devendo culminar com a sua **INABILITAÇÃO**, conforme precedentes sobre o tema:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **INABILITAÇÃO**. REQUISITOS DO EDITAL. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO. **1. O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorrente em igualdade de condições.** 2. In casu, a parte agravante, para a comprovação da capacidade técnica-operacional apresentou atestado (fls. 216/220) em nome da empresa CONSTRUSINOS com quantitativos insuficientes, bem como atestados em nome da empresa CENTERSUL, não participante do consórcio recorrente, o qual é constituído apenas pelas empresas KOMAK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.. **3. O descumprimento das cláusulas constantes no edital conduz à inabilitação do licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expresso no artigo 3º da Lei 8.666/93.** AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de

Instrumento Nº 70077112092, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em 29/08/2018). (g.n.)

*AGRAVO INTERNO – EFEITO ATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO – OBSERVAÇÃO DO EDITAL – AGRAVO NEGADO – Os requisitos previsto no Edital do Pregão Presencial nº 257/2015 para comprovação da qualificação econômico-financeira das empresas concorrentes são cumulativos (item 12.1.3), de forma que **devem ser atendidos os índices contábeis previsto bem como patrimônio líquido mínimo, sob pena de inabilitação do licitante, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento probatório.** (Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Agravo Interno CV: AGT nº 10000180431256002 MG, Des. Dárcio Lopardi Mendes, Relator). (g.n.)*

Afinal, se a empresa não concordasse com a exigência editalícia, caberia a ela realizar a impugnação ao edital previamente, o que não ocorreu. Não o fazendo e concordando com a disposição do edital, deve se vincular a ele, senão vejamos:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ESTACIONAMENTO ROTATIVO. INDICES UTILIZADOS NA PROPOSTA QUE DIFEREM DO EDITAL, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. Havendo a empresa apresentado taxa de ocupação diversa do edital convocatório, afigura-se correta a decisão administrativa que inabilitou a agravante no certame, Inteligência dos artigos 41 e 44 da Lei nº 8.666/93. **Entendendo possível maiores taxas de ocupação, deveria a parte ter atacado o edital de licitação, e não apresentar proposta em desacordo com a previsão nele contida, e ao qual estava vinculada.** Precedentes desta Corte, AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70077602291, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 09/05/2018). (g.n.)*

Ainda constam diversas divergências de informações em sua declaração, conforme supra exposta:

- 1) A empresa CONSTRUTORA CARVALHO **declara ter vistoriado minuciosamente os locais conforme Edital de Licitação na Tomada de Preço nº 02/2022**, quando a correta Tomada de Preço é de nº **014/2022**;

153, e a, o(s) Engenheiro(s) Arquiteto(s) **DOS SANTOS** portador(es) do CREA CREA/MG sob o nº 314.118 declara que vistoriamos minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação na Tomada de Preços nº 02/2022 e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletamos informações de todos os dados e elementos necessários a perfeita elaboração da proposta comercial.

- 2) Declara outrossim ter vistoriado minuciosamente os locais para a prestação de serviços quando na verdade **a empresa CONSTRUTORA CARVALHO declara optar pela não realização de vistoria**, não sendo harmônicas suas declarações, causando dúvidas, e com estas dúvidas não pode prosseguir neste processo licitatório.

Optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Motivos que devem culminar em sua imediata inabilitação.

Isto posto, diante da plena comprovação de atendimento ao edital, REQUER, o recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo;

Ao final, julgar TOTALMENTE PROCEDENTE o presente recurso, para fins de rever sua decisão, declarando a nulidade de todos os atos da licitante, **com imediata INABILITAÇÃO da empresa CONSTRUTORA CARVALHO.**

Não alterando a decisão, REQUER o imediato encaminhamento à Autoridade Superior para que seja reapreciado.

Termos em que, respeitosamente, pede e espera deferimento.

Matipó-MG, 15 de agosto de 2.022

CONSTRUTORA SCHIAVO EIRELI

YASMIN COELHO FERREIRA